



ATA N.º 6/2017

TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Local: Salão da Casa do Povo da Granja.

Data: 16/06/2017.

Iniciada às 20,30 horas e encerrada às 00,30 horas do dia 17 de junho de 2017.

I. Apreciação e votação da ata da segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 21 de abril de 2017

II. Apreciação e votação da ata da sessão solene extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 25 de abril de 2017

III. Apreciação e votação da ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 12 de maio de 2017

IV. Período de intervenção do Público ao abrigo do artigo 50º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal

V. Período antes da "Ordem do Dia"

VI. Período da "Ordem do Dia":

a) **Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade da Câmara e da situação financeira do Município - (alínea c) do número 2 do artigo 25.º da Lei 75/2013)**

b) **Autorização Prévia da Assunção do Compromisso Plurianual para Aquisição de Serviços de Locação Operacional de Três Impressoras**

A sessão iniciou-se com a presença de:

Presidente da Mesa: Dr. José Francisco Rocha Ramalho

Primeiro-Secretário: Dr.ª Catarina Ascensão Silva Marques

Segundo-Secretário: Joaquim Manuel Galamba Caeiro

Membros: José Duarte Costa Franco

Dr. Dimas Joaquim Canhão Ferro

Venceslau Inácio Ramalho Raminhos

Hugo Joaquim Nobre Lopes

Dr. Rui Miguel Rocha Passinhas

Dr.ª Florbela da Luz Descalço Fernandes



Ricardo Tavares Antunes
Ricardo Calixto Borges Cartaxo
António José Lucena Dias
Dr. Henrique Lopes de Oliveira
Rui Manuel Chilrito Pereira
Aline Margarida Amaral Batista do Rosário

Presidente da Junta de

Freguesia de Granja: Francisco António dos Santos Branco

Presidente da Junta de

Freguesia de Luz: Dr.^a Sara Maria Vidigal Correia

Presidente da Junta de

Freguesia de Mourão: António José Mendonça Ferreira

--- A sessão foi presidida pelo senhor **Dr. José Francisco Rocha Ramalho**, e secretariada pelo Coordenador Técnico da Subunidade de Administração Geral, Arquivo e Atendimento ao Cidadão da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Mourão, Vítor Manuel Leal Vidigal.-----

--- O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** antes do início dos trabalhos, informou que a sessão da Assembleia Municipal foi convocada porque, de acordo com o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 40.º, n.º 1 do Regimento em vigor da Assembleia Municipal é obrigatório a realização, no mês de **junho**, de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

--- Igualmente informou o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** que a sessão foi convocada para a freguesia da Granja no âmbito da assumida, pela atual Mesa da Assembleia Municipal, descentralização das sessões da Assembleia Municipal. -----

--- O **Senhor Presidente da Mesa** informou, também, o Plenário que, relativamente à composição da Assembleia Municipal, em matéria de pedidos de substituições ao abrigo do artigo 78.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º e artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, mantida em vigor pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pediram substituição os Senhores Deputados Municipais: -----

- **Agostinho dos Santos Pardal**, do Grupo Municipal do Partido Socialista, substituído nos termos legais e regimentais pela Senhora **Aline Margarida Amaral Batista do Rosário**; --

- **Dr. José Pedro Pires dos Reis**, do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD/CDS-PP substituído nos termos legais e regimentais pelo Senhor **Venceslau Inácio Ramalho Raminhos**. -----

--- Considerando que os mesmos foram notificados nos termos legais e regimentais, e estando presentes na sala, e ser do conhecimento pessoal dos membros da Mesa da



Ricardo Tavares Antunes
Ricardo Calixto Borges Cartaxo
António José Lucena Dias
Dr. Henrique Lopes de Oliveira
Rui Manuel Chilrito Pereira
Aline Margarida Amaral Batista do Rosário

Presidente da Junta de

Freguesia de Granja: Francisco António dos Santos Branco

Presidente da Junta de

Freguesia de Luz: Dr.^a Sara Maria Vidigal Correia

Presidente da Junta de

Freguesia de Mourão: António José Mendonça Ferreira

--- A sessão foi presidida pelo senhor **Dr. José Francisco Rocha Ramalho**, e secretariada pelo Coordenador Técnico da Subunidade de Administração Geral, Arquivo e Atendimento ao Cidadão da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Mourão, Vítor Manuel Leal Vidigal.-----

--- O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** antes do início dos trabalhos, informou que a sessão da Assembleia Municipal foi convocada porque, de acordo com o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigo 40.º, n.º 1 do Regimento em vigor da Assembleia Municipal é obrigatório a realização, no mês de **maio**, de uma sessão ordinária da Assembleia Municipal. -----

--- Igualmente informou o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** que a sessão foi convocada para a freguesia da Granja no âmbito da assumida, pela atual Mesa da Assembleia Municipal, descentralização das sessões da Assembleia Municipal. -----

--- O **Senhor Presidente da Mesa** informou, também, o Plenário que, relativamente à composição da Assembleia Municipal, em matéria de pedidos de substituições ao abrigo do artigo 78.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º e artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, mantida em vigor pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pediram substituição os Senhores Deputados Municipais: -----

- **Agostinho dos Santos Pardal**, do Grupo Municipal do Partido Socialista, substituído nos termos legais e regimentais pela Senhora **Aline Margarida Amaral Batista do Rosário**; --

- **Dr. José Pedro Pires dos Reis**, do Grupo Municipal da Coligação PPD-PSD/CDS-PP substituído nos termos legais e regimentais pelo Senhor **Venceslau Inácio Ramalho Raminhos**. -----

--- Considerando que os mesmos foram notificados nos termos legais e regimentais, e estando presentes na sala, e ser do conhecimento pessoal dos membros da Mesa da



Assembleia Municipal a sua identidade e legitimidade, iniciaram aqueles, imediatamente, as suas funções como Deputados Municipais. -----

--- Constatou-se a ausência do Senhor Deputado Municipal **Dr. Dimas Joaquim Canhão Ferro**, do Grupo Municipal do PS, em virtude do falecimento de seu pai. Considerando o motivo, o Senhor Presidente da Assembleia considerou relevada a sua ausência. -----

--- De seguida, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** em nome da Assembleia Municipal de Mourão, endereçou as mais sentidas condolências ao Senhor Deputado Municipal **Dr. Dimas Joaquim Canhão Ferro, e sua família**, neste momento nefasto e difícil das suas vidas. -----

--- Considerando, também, que a **Dr.ª Catarina da Ascensão Silva Marques** pediu substituição, e que a mesma exerce as funções de primeira secretária da Mesa da Assembleia Municipal, nos termos regimentais foi designado para exercer funções de segundo secretário da Mesa o Sr. Deputado Municipal **Dr. Rui Miguel Rocha Passinhas**. --

--- Constatada a presença de todos os restantes senhores deputados municipais, e a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Mesa** prescindiu da chamada, declarando abertos os trabalhos, tendo, de seguida, informado que para além daquele oportunamente comunicado, não deu entrada qualquer expediente com interesse justificado para os Senhores deputados municipais.-----

I - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 21 DE ABRIL DE 2017

--- O **Senhor Presidente da Mesa**, relembrou, por um lado, que a Ata foi em devido tempo dada a conhecer aos Senhores Deputados Municipais, pelo que se dispensou a sua leitura, e que, por outro, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do novo CPA – Código do Procedimento Administrativo, não poderiam participar na votação da Ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que respeita a referida Ata.-----

--- Ato contínuo, colocou à discussão do Plenário a Ata n.º 3/2017, correspondente à segunda sessão ordinária de 2017 da Assembleia Municipal de Mourão, realizada no dia 21 de abril de 2017, na Sala de Sessões dos Paços do Município de Mourão. -----

--- Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a referida ata n.º 3/2017, a qual foi **aprovada por maioria**, com sete votos a favor, e cinco abstenções dos Senhores Deputados Municipais Rui Pereira, António Dias, António Ferreira, José Franco e Aline do Rosário. -----

--- O **Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado Municipal pretendia apresentar declaração de voto, não tendo sido registado qualquer pedido de intervenção. -----



II - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO SOLENE EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2017

--- O **Senhor Presidente da Mesa**, relembrou, por um lado, que a Ata foi em devido tempo dada a conhecer aos Senhores Deputados Municipais, pelo que se dispensou a sua leitura, e que, por outro, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do novo CPA – Código do Procedimento Administrativo, não poderiam participar na votação da Ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que respeita a referida Ata.-----

--- De seguida colocou à discussão do Plenário a Ata n.º 4/2017 correspondente à sessão solene extraordinária da Assembleia Municipal de Mourão realizada no dia 25 de abril de 2017, na Sala de Sessões dos Paços do Município de Mourão. -----

--- Não havendo intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a referida ata n.º 4/2017, a qual foi **aprovada por maioria**, com dez votos a favor, e três abstenções dos Senhores Deputados Municipais Aline do Rosário, José Franco e Hugo Lopes. -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa** perguntou finalmente se algum Senhor Deputado Municipal pretendia apresentar declaração de voto, não tendo sido registado qualquer pedido de intervenção. -----

III APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 12 DE MAIO DE 2017

--- O **Senhor Presidente da Mesa**, relembrou, por um lado, que a Ata foi em devido tempo dada a conhecer aos Senhores Deputados Municipais, pelo que se dispensou a sua leitura, e que, por outro, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do novo CPA – Código do Procedimento Administrativo, não poderiam participar na votação da Ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que respeita a referida Ata.-----

--- De seguida colocou à discussão do Plenário a Ata n.º 5/2017 correspondente à sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Mourão realizada no dia 12 de maio de 2017, na Sala de Sessões dos Paços do Município de Mourão. -----

--- Não havendo intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a referida ata n.º 5/2017, a qual foi **aprovada por maioria**, com dez votos a favor, e três abstenções dos Senhores Deputados Municipais Aline do Rosário, Dr. José Ramalho e António Ferreira. -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa** perguntou finalmente se algum Senhor Deputado Municipal pretendia apresentar declaração de voto, tendo o Senhor Deputado Municipal **Ricardo Cartaxo** proferido uma declaração do seguinte teor: "*A minha intervenção é só para efetivamente dar o louvor ao senhor assistente da Assembleia porque, desta vez, verifiquei que todas as palavras e intervenções que proferi foram corretamente escritas na respetiva ata e congratulo-me por isso.*" -----



IV - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO AO ABRIGO DO ARTIGO 20.º DO REGIMENTO EM VIGOR DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.

--- Antes de abrir o período para inscrição do público para uso da palavra, o **Senhor Presidente da Mesa** deu a palavra ao **Senhor Deputado Municipal Francisco António dos Santos Branco**, para na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Granja, proferir a seguinte intervenção: -----

"SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

SENHORAS E SENHORES VEREADORES

CAROS COLEGAS DEPUTADOS MUNICIPAIS

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

É com enorme Regozijo que, mais uma vez, nesta terra de gente simples, humilde e acolhedora, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, tenho o Privilégio de dar as boas vindas a todos aqueles que integram os Órgãos Representativos do nosso Município, com um único objetivo:

- A Prossecução de interesses próprios das populações respetivas.

Tal desiderato só ganha alento com espirito comunitário e, por isso, exige esforço.

Implica trocar "Meu" por "Nosso".

Implica trocar "Eu" por "Nós".

Implica ainda aceitar o outro tal como ele é, e não como eu gostaria que fosse.

Através da vivência comunitária tornamo-nos cúmplices e desenvolvemos um espírito de entreatajuda.

Viver em sociedade implica necessariamente alguma capacidade de cedência, alguma capacidade para aceitar o outro e a sua individualidade, a sua diferença.

Só assim, neste enquadramento, com esta capacidade para cedermos um pouco de nós, dos nossos interesses particulares, podemos esperar que aqueles que nos rodeiam, sejam igualmente capazes de ceder um pouco dos seus interesses particulares, para nos aceitar tal como somos, para que consigamos estar juntos e, assim juntos, sejamos e sintamos ser sempre mais do que a soma das partes.

Permitam que partilhe convosco alguns dos resultados alcançados por esta Freguesia:

Começo por me referir a este belo Salão que integra o Edifício denominado "Casa do Povo", o qual após diversas vicissitudes, acabou merecidamente em propriedade plena desta Freguesia, pelo que já podemos afirmar que estamos em casa. Deu-nos muito trabalho, mas valeu a pena.

Outros se irão seguir, nomeadamente o Edifício-sede da Freguesia, a Praça de Touros, o Casão de Recolha de Máquinas e Materiais, O Recinto de Jogos e Jardim Anexo, cujos processos estão em curso. Para que possam ter noção, informo que o património predial atual da Freguesia, é de 802.873,23 €, quer isto dizer que nos últimos 4 anos, teve um acréscimo de 517.443,40 €.

Isto é, meus senhores, o que se chama a consolidação do Património da Freguesia.

Eu, pessoalmente gosto de dizer que é arrumar a casa.

E por falar em arrumar a casa, quero também salientar os melhoramentos efetuados no cemitério, nomeadamente na organização das sepulturas, bem como a elaboração do respectivo regulamento e ainda a emissão de alvarás aos legítimos concessionários, sem esquecer a remodelação da Capela, cujas obras estão em curso.

No início do atual mandato, o Edifício-sede da Freguesia (Serviços Administrativos) estavam fechados, não havia funcionários, nem mapa de pessoal e os seus espaços para além de exíguos não permitiam condignamente o normal funcionamento da Autarquia, daí ter sido criado um espaço destinado ao Arquivo e outro à Internet disponibilizada à população em geral.

Os Serviços Administrativos foram apetrechados com novos programas informáticos de Contabilidade e Gestão do Cemitério.

A situação mais difícil verifica-se ao nível do Parque de Máquinas, em virtude do seu estado, que para além de obsoleto não oferece qualquer garantia na sua normal utilização.

Não obstante os frugais recursos, designadamente os financeiros, esta Freguesia tudo fez para auxiliar:

- Os Bombeiros Voluntários, com a concessão de modestos subsídios.

- As famílias mais carenciadas, colaborando na entrega de "Cabazes Modelo/Continente".



Só para termos um Ideia, no ano de 2016 foram entregues 130 cabazes, e este ano já vamos nos 85. Os pensionistas e reformados da Freguesia, no cumprimento das suas obrigações fiscais (IRS). A população em geral, através da disponibilização de um terminal de pagamento automático (TPA), nos serviços administrativos, para realização de pagamentos electrónicos de forma simples e rápida, facilitando operações bancárias, tudo de forma segura.

FINALMENTE, aproveitando esta curta intervenção não posso deixar de agradecer e questionar desde já à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal, o seguinte:

Agradecer a instalação de equipamentos, no Largo do Corro, desta Aldeia, com o objetivo de promover a prática regular de exercício físico ao ar livre.

Agradecer as obras executadas no âmbito do projeto de construção da Casa Mortuária, desta Freguesia, e perguntar para quando o seu reinício e conclusão?

Para quando a marcação e delimitação das bermas das estradas municipais?

E para quando a concretização dos acordos de execução com vista à delegação de competências?

Muito obrigado.

A Casa é Vossa."

--- O **Senhor Presidente da Assembleia**, agradeceu as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Granja, tendo de seguida perguntado se algum munícipe pretendia intervir, tendo-se inscrito e intervindo: -----

--- O **Senhor Dr. José António Gomes Domingues** para proferir a seguinte intervenção:

"Vou falar de alguns assuntos que já há alguns anos falei, mas que agora estão esquecidos como é o caso da eletrificação, dos caminhos rurais e do projeto de rega para as freguesias de Granja e Mourão, assunto este agora mais atualizado. Os caminhos rurais estão totalmente esquecidos. Não há um metro de eletrificação rural, o que agora mais falta irá fazer se for por diante o projeto da rega, a não ser que cada um esteja endinheirado faça o seu ramal, o que me parece praticamente impossível. Sobre o plano de rega gostei na iniciativa levada a cabo no cineteatro de Mourão, mas penso que há falta de informação cuidada para que as pessoas possam ter conhecimento exato de quanto, como e onde pode acontecer tudo. Penso que a Câmara se encarregará de fazer um levantamento junto dos interessados para se saber quais as áreas a cobrir e se pretendem ou não ser incluídos no projeto, para a apresentar à EDIA. Falta muita informação para que as pessoas possam decidir. Pareceu-me que os técnicos falaram demasiados em custos. Não sei se era para realmente informar as pessoas se era com intenção de desmotivar essas mesmas pessoas. A minha dúvida que parece esquisita tem a realmente com a forma insinuada com que os técnicos falaram dos custos. Não gostei realmente. Este projeto é de tal forma importante para as duas freguesias que se não informado e discutido como tal não vamos ter projeto nenhum. A sua importância obriga a que se tenha todo o cuidado e informação para que as pessoas possam tomar decisões coerentes com a realidade. Na qualidade de presidente da Adigranja informo que nestes três anos de existência da associação o apoio que teve foi apenas de cem euros da Junta de Freguesia de Granja, mas da parte da Câmara Municipal de Mourão, que devia ter tido outra atitude que não teve, com a Adigranja, mas que teve para com outras associações da freguesia, não recebeu um cêntimo, acho que isto diz tudo. A Adigranja não vive de boas relações e para ter mais algum conhecimento do projeto de rega, teve de deslocar a Reguengos, à Póvoa de S. Miguel e a outros sítios onde se falava de regadio, tudo à custa da Adigranja ou do meu próprio bolso, pois as ajudas têm sido as que referi. Espero que daqui para a frente as coisas melhorem no seu relacionamento com a Câmara Municipal. Foi-nos cedida uma sala para formação mas que nunca funcionou pois não foi colocado um único fio para se ligarem os computadores. O Senhor Diretor do



IEFP informou que logo que tivesse uma sala em condições promoveria a realização de um curso de francês ou inglês, do qual eu próprio sinto necessidade de ter essa formação." -----

--- O **Senhor João Filipe Cardoso Fernandes Fortes** interveio nos seguintes termos:

"Venho intervir na qualidade de presidente da Juventude Social Democrata de Mourão, em que irei tomar posse no dia 25 de junho, para o qual convido a Senhora Presidente a estar presente nesse ato. Venho aqui com dois assuntos: um que diz respeito a mim enquanto presidente da JSD e no caso concreto sobre o Conselho Municipal de Juventude que a partir de 2009 passou a ser obrigatório que todos os concelhos constituam aquele Conselho. Ao que sabe no concelho de Mourão este órgão representativo dos jovens não reúne. Por isso deixa aqui a sua chamada de atenção e disponibiliza-se para a ajudar na sua criação, para que as associações de jovens possam trazer ao órgão máximo da autarquia as nossas necessidades e anseios e procurar uma política de juventude que atraia jovens para o concelho pois desde 2001 que se estão a perder jovens. A segunda questão que vem no encaço do quer se está a passar com a abertura da praia fluvial. Tanto quanto sei é uma iniciativa que terá apoio do Turismo de Portugal ao abrigo da linha de valorização turística do interior, com uma taxa de comparticipação não reembolsável de 90 por cento sendo os restantes 10 a comparticipação da autarquia. Será que a autarquia tem capacidade para suportar esta parte ou vai recorrer a capital alheio para suportar os cerca de 40 mil euros? Outra questão importante é saber se depois de ter o equipamento concluído na íntegra há um plano para o colocar ao serviço da juventude, se já foi contactado o instituto da Juventude e Desporto para que no verão haja um plano de atividades para a juventude mas também que não seja um equipamento para ficar sem uso como tantos outros. Há aqui um fator importante que é a sazonalidade pelo que pergunto se a Câmara tem algum plano para contactar federações e clubes desportivos, mesmo de outros países, para que a praia possa ser utilizada durante todo o ano para se tentar que o investimento tenha retorno? A utilização durante todo o ano potencia também a vinda de turistas ao concelho e a dinamização da economia local." ----

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- Já foi lançado o concurso para a construção da segunda fase da Casa Mortuária e embora não possa precisar a data, serão em breve recomeçados os trabalhos; -----

- Depois de contactada a empresa que procedeu à marcação da estrada Mourão-Luz para fazer a marcação das bermas da estrada Granja-Amareleja esta informou que as bermas estão em muito mau estado pelo que sugeriu que se fizesse a marcação apenas no centro da via. Assim vai tentar-se minimizar o problema limpando as bermas pois colocar alcatrão, sem haver financiamento, é praticamente impossível; -----

- Relativamente aos acordos de execução da transferência de competência como foi aprovado o orçamento estão reunidas as condições para que as Juntas e Assembleias de Freguesia os aprovem, para que se possam assinar e pôr em prática; -----

- Na sequência da elaboração por parte da EDIA e do Ministério da Agricultura dos inquéritos, estão os mesmos a ser já enviados aos agricultores para que estes respondam às várias perguntas formuladas; -----



- Tal como a Adigranja, nenhuma Associação do concelho à exceção dos Bombeiros, receberam qualquer subsídio por parte da autarquia nos últimos três anos. A forma como a autarquia tem ajudado diversas associações é cedendo transporte. Se o Senhor José António tem solicitado apoio para se deslocar às reuniões em que participou certamente também lhe tinha sido cedido; -----
- Agradeço o convite formulado pelo Dr. João Fortes e a sua disponibilidade para colaborar na constituição do Conselho Municipal da Juventude de Mourão, que se deverá iniciar já só no próximo mandato; -----
- Relativamente à praia informou que a candidatura ainda está a ser apreciada, pelo que só se avançou com a primeira fase. Por não haver um plano de atividades já definido é que não se avançou para a candidatura a praia de Bandeira Azul, pois essa questão é uma das obrigаторiedades que aquela designação obriga. Vão ser na mesma desenvolvidas diversas atividades com as crianças das escolas em colaboração com a ADEREM. Quanto à planificação de atividades no inverno já foram estabelecidos alguns contactos, mas nada de concreto. Pode ser realmente interessante a ideia de fazer parcerias com entidades de países onde o inverno é mais rigoroso e que o nosso clima pode ser convidativo. Há depois que ter também condições de alojamento para os visitantes. -----

V – PERÍODO DE ANTES DA “ORDEM DO DIA”.

- O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** abriu o período de inscrição para intervenção neste período, tendo pedido a palavra e intervindo: -----
- O **Senhor Presidente da Mesa na qualidade de Deputado Municipal** para a apresentar uma proposta de voto de louvor, uma proposta de voto de congratulação e louvor e uma proposta de recomendação à Câmara Municipal de Mourão. -----
- **Voto de louvor feito em nome da Mesa da Assembleia Municipal:** -----

" VOTO DE LOUVOR

A Mesa da Assembleia Municipal de Mourão, no uso dos seus poderes legais e regimentais, propõe que o Plenário da Assembleia delibere no sentido de ser aprovado um VOTO DE LOUVOR à Guarda Nacional Republicana, Corpos Territoriais de Mourão e Granja, consistindo o mesmo no reconhecimento público de atos e comportamentos que são reveladores da importante e assinalável competência profissional alicerçada no profundo respeito pelo sentido cívico no desempenho das funções de todos os elementos do Corpo Militar dos referidos Postos Territoriais, e na sempre profícua relação entre o Município e a referida força militar, algo que se assume como fulcral para a segurança de pessoas e bens do concelho de Mourão.

Considerando a postura, dedicação e empenho de todos os Militares da Guarda que entre Outubro de 2013 até esta data serviram os postos territoriais da GNR de Mourão e Granja, contribuindo para o bom trabalho realizado, que reduziu os níveis de criminalidade e minimizou o sentimento de



insegurança, que ainda está generalizado, junto das populações, é de toda a elementar justiça este reconhecimento público por parte deste Órgão Municipal.

Se aprovado este voto de louvor do mesmo deve ser dado conhecimento ao Comando dos Postos Territoriais da GNR de Mourão e Granja, ao Comando do Destacamento Territorial de Reguengos de Monsaraz da GNR, ao Sr. Comandante do Comando Territorial de Évora da GNR, ao Comando-Geral da GNR e a sua Excelência a Senhora Ministra da Administração Interna.

Deve, ainda, ser enviado à comunicação social local e regional para eventual divulgação.

Granja, 16 de junho de 2017

O Presidente da Mesa da Assembleia,

[Dr. José Francisco Rocha Ramalho]

O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia

[Joaquim Manuel Galamba Caeiro]

O Segundo Secretário da Mesa da Assembleia

[Dr.^a Rui Manuel Rocha Passinhas]"

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa em exercício, Joaquim Manuel Galamba Caeiro**, colocou à discussão a análise da proposta acabada de transcrever. Não havendo objeções ou pedidos de esclarecimento relativamente à mesma colocou-a á votação tendo merecido total aprovação deste Órgão Deliberativo. -----

--- Deliberação tomada **por unanimidade e em minuta**. -----

--- Previamente à leitura do voto de congratulação e louvor que seguidamente se transcreve, **o Senhor Deputado Municipal, Dr. José Francisco Rocha Ramalho**, apresentou a seguinte declaração de interesses: "Como sabem sou Presidente da Assembleia Geral do Núcleo do Sporting Clube de Portugal da Granja, mas não é nessa qualidade que irei intervir, é enquanto Deputado Municipal. -----

"VOTO DE CONGRATULAÇÃO E LOUVOR

Na qualidade de Deputado Municipal eleito à Assembleia Municipal de Mourão, no uso dos poderes legais e regimentais, proponho à consideração do Plenário da Assembleia que esta delibere no sentido de ser aprovado um VOTO DE CONGRATULAÇÃO E LOUVOR ao Núcleo do Sporting Clube Portugal da Granja, consistindo o mesmo no reconhecimento público pela divulgação do concelho de Mourão, do seu património e das suas gentes, no programa "Núcleo Duro".

Considerando que durante cerca de uma hora, a nível nacional, foi possível, na TV, termos tido a oportunidade de assistir a uma divulgação do concelho nunca antes vista, e que a ser paga equivaleria a muitos milhares de Euros, fomentando reflexamente, e de forma inquestionável, o turismo municipal



enquanto veículo com um papel determinante no desenvolvimento local das comunidades e com reflexos positivos na qualidade de vida dos cidadãos, um ponto de partida na construção do futuro, um caminho a percorrer com a participação e envolvimento da população e das instituições numa base de sustentabilidade, qualidade e diferenciação, perspetivando, simultaneamente, o desenvolvimento socioeconómico e cultural da comunidade, procurando a máxima pluralidade de perspetivas e articulação entre os diversos atores do território que de forma direta ou indireta se encontram envolvidos num processo dinâmico que deve ter a capacidade de moldar e de modificar um conjunto de práticas onde as áreas do turismo e do desporto se tornam interdependentes, é de toda a elementar justiça o reconhecimento público por parte deste Órgão Municipal ao Núcleo do Sporting Clube de Portugal da Granja.

Se aprovado este voto de louvor do mesmo deve ser dado conhecimento ao Presidente da Direção do Núcleo do Sporting Clube de Portugal da Granja para que do mesmo possa fazer eco junto de todos os que tornaram possível a concretização de uma realidade desportiva e cultural com impacto no concelho de Mourão.

Granja, 16 de junho de 2017

O Deputado Municipal eleito pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP

[Dr. José Francisco Rocha Ramalho]"

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa em exercício, Joaquim Manuel Galamba Caeiro**, colocou à discussão a análise da proposta acabada de transcrever, tendo pedido a palavra que lhe foi concedida, **o Senhor Deputado Municipal Rui Pereira**, para referir que já teve oportunidade de dar pessoalmente os parabéns aos membros fundadores do Núcleo pelo esforço e trabalho desenvolvido, pelo que o seu voto apesar de ser benfiquista é favorável, e desejou-lhe felicidades, mas que o Benfica continue a ser campeão. -----

--- Não havendo mais objeções ou pedidos de esclarecimento o **Senhor Presidente da Mesa em exercício, Joaquim Manuel Galamba Caeiro**, colocou à votação o mencionado voto de congratulação e louvor, tendo o mesmo merecido total aprovação deste Órgão Deliberativo. -----

--- Deliberação tomada por **unanimidade e em minuta**. -----

--- **Proposta de recomendação à Câmara Municipal de Mourão:** -----

"PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE MOURÃO

Na qualidade de Deputado Municipal eleito à Assembleia Municipal de Mourão, no uso dos poderes legais e regimentais, proponho à consideração do Plenário da Assembleia que esta delibere no sentido de ser aprovada uma recomendação à Câmara Municipal de Mourão, consistindo a mesma na proposta de atribuição da Medalha de Ouro Municipal ao cidadão Granjense Dr. Aníbal Matos Saraiva.



O Dr. Aníbal Matos Saraiva, durante muitos anos, apresentou na RTP o "Boletim Meteorológico, espaço sempre aproveitado para falar da sua terra e do seu concelho.

Quem não se lembra das célebres expressões "chuva na Granja-Mourão", "Chuva nos Aleixos, na Freixeira e na Amareleja".

Na sua vida profissional o meteorologista Dr. Aníbal Matos Saraiva, cidadão exemplar, amigo dos seus amigos e do seu concelho, exerceu funções em organismo internacional como perito em meteorologia no Gabinete Sul Americano da Organização da Aviação Civil Internacional, em Lima, Peru.

Mesmo longe da sua terra nunca a esqueceu e sempre a divulgou com o orgulho de um grande coração de alentejano e Mouranense.

Igualmente esta proposta é um tributo póstumo a um grande amigo meu, o Sr. António José Valadas Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja, e também grande amigo do Dr. Aníbal Matos Saraiva.

Foi o António José Valadas Gonçalves, que fez comprometer-me com esta tarefa que hoje aqui deixo à consideração dos Srs. Deputados Municipais, e que sei que, a ser aprovada, a Câmara Municipal de Mourão terá em devida conta.

As pessoas boas do nosso concelho merecem o reconhecimento por parte das instituições municipais.

Granja, 16 de junho de 2017

O Deputado Municipal eleito pela Coligação PPD/PSD-CDS/PP

[Dr. José Francisco Rocha Ramalho]"

--- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa em exercício, Joaquim Manuel Galamba Caeiro**, colocou à discussão a análise da proposta acabada de transcrever. Não havendo objeções ou pedidos de esclarecimento relativamente à mesma colocou-a á votação tendo merecido total aprovação deste Órgão Deliberativo. -----

--- Deliberação tomada **por unanimidade e em minuta**. -----

--- Finalmente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício perguntou se algum deputado municipal pretendia fazer declaração de voto, tendo **a Senhora Deputada Municipal Dr.ª Florbela Fernandes** declarado: "Apenas quero justificar o voto a favor no sentido de não estar contra a sugestão ou recomendação do Senhor Presidente da Mesa, mas deixar claro que essa é uma decisão que compete ao órgão Câmara Municipal. É uma recomendação da Assembleia que a Câmara seguirá se entender que o deve fazer ou não". -----

--- Retomando a presidência, O **Senhor Presidente da Mesa** lembrou à Senhora Deputada que está bem explicito na proposta que é feita apenas uma "Recomendação" à Câmara, e nada mais do que isso. Obviamente que é uma recomendação e que a Câmara apenas pode propor à Assembleia, pois a decisão de atribuir ou não medalhas honoríficas é da competência exclusiva da Assembleia Municipal. Postas as coisas no seu devido lugar



fica claro que a decisão final cabe à Assembleia e não à Câmara Municipal, que apenas pode propor e não aprovar. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Dr. Henrique Oliveira** referiu que por agora apenas quer perguntar se a Senhora Presidente da Câmara já deu algum dinheiro, do seu bolso, a alguma das instituições do concelho sejam elas de que índole forem, nomeadamente sociais, culturais, etc? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Cartaxo** que começou por lembrar que nos termos da Lei 75/2013, compete à assembleia municipal acompanhar e fiscalizar a atuação da Câmara Municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de todas as entidades que integrem o perímetro da administração local bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências. Mais referiu que foi eleito pela CDU e é essa força política que representa. Sendo um conhecedor dos problemas do concelho e lembrando alguns comunicados que foram distribuídos por esta força política ao povo de Mourão para que tivessem noção do que são as realidades do concelho e que não se deixem enganar por situações menos concretas. Assim fez a seguinte intervenção: -----

*"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal
e Membros da Mesa*

*Exma. Senhora Presidente da Câmara Municipal
Senhores Vereadores*

Caros Colegas Deputados Municipais

Caríssimos Granjenses - Mouranenses

Uma grande parte da população diz que não acredita na política, que é porca porque é desvirtuada e que quem se serve da política é só para benefício. Daí que o povo tenha perdido a confiança, que cada vez se afastem mais da política e que cada vez a abstenção atinja maior percentagem.

Na verdade, a política dirigida por pessoas sérias, honestas e com escrúpulos serve e/ou servirá para que TODA a população, e não só para alguns, tenha melhores condições de vida, nomeadamente na saúde, economia, no trabalho e no seu próprio bem-estar.

De facto, o grande problema da política é das pessoas que a praticam infelizmente quando, nomeadamente, a usam em benefício próprio e dos seus familiares ou amigos fazendo com que as outras pessoas se sintam cada vez mais marginalizadas e desmotivadas para assumirem, inclusivamente, até o seu próprio papel na sociedade em que estão inseridas.

Em anteriores Assembleias Municipais, as bancadas partidárias estavam em campos opostos na defesa dos seus pontos de vista e apenas só estamos falando no Orçamento do Município para o ano de 2017. Coisas normais (???) , para o ano em que haverá eleições para as Autarquias Locais. O Orçamento por duas vezes foi chumbado pela oposição. Na verdade, que outro resultado poderia esperar a força que governa se teimosamente e sem nada alterar no Orçamento o mantinha em aprovação uma e outra vez. Teimosia ou certeza que haveria de ser aprovado???

Por arte de magia e mantendo o mesmo Orçamento, eis que a Assembleia Municipal de 12 de maio de 2017 aprova não só o Orçamento Municipal de 2017, como também a alteração proposta para o Orçamento Municipal de 2016 que o Executivo da Câmara Municipal tinha como plano, caso falhasse



a aprovação do Orçamento de 2017, (gato escondido com o rabo de fora?). Pensamos que em termos constitucionais poderá até haver, aqui, matéria para impugnação dessa Assembleia. Democraticamente seria o caminho mais honrado, honesto e mais correto para resolver uma situação que a todos envergonhará, até mesmo para o futuro.

Não sabemos como e porque aconteceu, mas a certeza que temos é que foi uma grande vergonha, que a falta de seriedade, de honestidade e de dignidade das pessoas que tiveram participação nesse grande escândalo tenham agora a honestidade e vergonha de não aparecerem mais a nenhuma Assembleia Municipal, pelo menos neste mandato. Esperamos ainda que as pessoas tenham a coragem de castigarem, nas próximas eleições, quem afinal subverte todos os ideais da DEMOCRACIA em benefício de outros que irão usufruir de certas regalias que, com a certeza absoluta não as merecem.

Não nos admira, assim, que as pessoas sérias e honestas se afastem cada vez mais da política e não apareçam sequer a exercer o seu direito de voto. O que sabemos é que aqueles que da política se servem, de uma ou de outra maneira, esses sim estarão em massa a defender aqueles que os vão obsequiando, algumas vezes com toma lá uma "fatiazinha", para que outros, poucos, possam ficar com a maior parte do bolo.

Que será feito daquelas pessoas que defendiam as causas da democracia, dos valores morais, da justiça, da igualdade e da fraternidade? Será que não querem dar a cara porque se envergonham da situação a que chegámos por culpa de gente sem escrúpulos e malformada que não olham a meios para atingirem os fins? Espero que de facto as pessoas sérias e honestas tenham a coragem de fazer frente àqueles que tão mal têm tratado o nosso Concelho.

Estamos habituados a que neste Concelho, tudo o que é de mau nos acontece, tudo por culpa de quem há muitos anos deixou chegar a situação degradante a que o Concelho chegou, por desleixo, por falta de competência, por vontade de destruir de maneira a dividir para reinar, com a certeza de que o não desenvolvimento do Concelho daria as condições necessárias para a manutenção do poder indefinidamente. A verdade é que a continuação destas políticas tem arrasado este Concelho, tem contribuído para o empobrecimento do mesmo, de tal maneira, que possivelmente estaremos, já neste momento, condenando a sua continuidade num futuro muito próximo.

REGADIO NO CONCELHO DE MOURÃO.

O que vamos dizer sobre este assunto é que não estamos, nem nunca estaremos contra o desenvolvimento do nosso Concelho, até porque só com o desenvolvimento se poderá garantir a sua manutenção. Atrair investimento e produzir bens e serviços é a chave para que esse desenvolvimento se consiga.

Queremos dizer ainda que estas medidas, a serem realidade, pecam por tardias pois já deveriam ter sido tomadas há muito tempo e, Mourão já estaria a usufruir dos benefícios que aquele empreendimento proporciona, até pelo menos a título de compensação pelos prejuízos que a construção da barragem trouxe para o Concelho de Mourão.

A criação da Rede Natura 2000 e outras Zonas de Proteção Especial tem atuado como uma barreira e constrangimento ao desenvolvimento do Concelho de Mourão. Aquando da sua implementação deveria ter havido compensações por estes constrangimentos. Sabemos agora que foi aprovada na Assembleia da República, no dia 19 de maio de 2017, o projeto de resolução n.º 552 - XIII - 2.ª apresentado pelo Partido Comunista Português que altera constrangimentos.



Nestas condições, queremos deixar para a população em geral, os seguintes pontos para reflexão de todos e, principalmente, a quem como Autoridade Administrativa tem o dever de zelar pelo Concelho de Mourão e pelos seus Municípios:

1.º - Esta situação deveria ter sido negociada com a EDIA, aquando da construção da nova Aldeia da Luz e Barragem de Alqueva, até porque o Concelho de Mourão, como toda a gente sabe, foi dos mais afetados e prejudicado com aquele empreendimento. Não se falando na tão desejada Fábrica Nova da Portucel Recicla.

2.º - A Câmara Municipal de Mourão antes da convocatória deveria ter feito todo o trabalho de casa para não correr os riscos de lhe sair o tiro pela culatra. Os agricultores e pequenos proprietários da Granja ficaram tão dececionados com o que ouviram na reunião que questionavam até à sua ida à referida reunião. Que dececionante. Que vergonha. A maioria, senão a totalidade, não estão abrangidos por aquele benefício do regadio.

3.º - Parece-nos a nós, e embora saibamos de antemão que mais vale tarde que nunca, que achamos muito estranho que só agora e nesta altura de Eleições Autárquicas se venha a abordar um assunto que tanto tempo esteve "submerso" ou esquecido.

A bem do Concelho de Mourão"

--- Em relação à praia e porque é o **Presidente da Comissão Especializada de Economia e Finanças**, pergunta se foram eles os culpados de não ter sido concretizada há mais tempo? Mais pergunta se as empresas concorrentes foram por concurso ou por serem pessoas do conhecimento? Qual o valor da adjudicação das obras? Quer saber se esse é o melhor preço a nível nacional ou local? As verbas contempladas têm em consideração acessos e infraestruturas e o projeto para essa obra existe? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** para agradecer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Granja a forma como acolhe esta sessão e os deputados e dar-lhe os parabéns pelo aumento significativo do património da freguesia, mesmo com tempos difíceis. Seguidamente perguntou se vai haver a revisão do POAAP pois tal é necessário para poder levar por diante o plano de rega? Já há várias zonas na freguesia de Granja que estão a ser regadas com a autorização da EDIA. O partido socialista defende que a rega faz falta e é bem-vinda, mas os agricultores têm de se unir todos a dizer que querem a água, pois se houver divisões nunca mais vai ser possível. O Senhor Ricardo Cartaxo deve andar um pouco nervoso pois já na última assembleia o brindou com alguns adjetivos, e querer impugnar uma assembleia por aprovar um orçamento não percebe. Há que respeitar as votações e todos foram eleitos democraticamente, em eleições livres, e quando fala em desonestidade, falta de seriedade, certamente não será para os deputados do partido socialista que sempre foram coerentes, que sempre defenderam a aprovação do orçamento mesmo sabendo que não sendo o ideal se deveria deixar passar, pois quem sofre na pele o não haver orçamento é quem cá está e cá vive. Tem de haver sempre orçamento aprovado e o senhor esteve naquela comissão e nunca fez qualquer proposta para alterar o



orçamento. Com a aprovação do orçamento foi possível desencadear algumas obras, como é o caso da praia fluvial. Frisou finalmente que se devem respeitar sempre as votações quer se goste ou não. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Dr.^a Sara Correia** para agradecer a hospitalidade do colega Presidente da Junta de Freguesia de Granja e restantes membros do Executivo da Junta. Seguidamente fez um convite à Senhora Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores para visitarem o jardim público da freguesia de Luz, que certamente há meses não visitam, pois ela própria que vive mesmo em frente não reparava nele há três dias, para verificarem que é triste o que ali se passa, pois a relva está a secar. Esta situação poderia ser evitada se houvesse trabalhadores da Câmara em serviço na Luz, pois agora não há lá nenhum, e se tem sido feita a puxada de água de que se falou. Está assim em risco o belo e importante investimento que ali se fez. Perguntou depois se já foi equacionada a possibilidade de se proceder à marcação da estrada da Luz para a Póvoa de S. Miguel. Seguidamente informou que o acordo de transferência de competências já foi aprovado pela Assembleia de Freguesia pelo que está assim o mesmo em condições de ser posto em prática, o que até já vem com bastante atraso. Finalmente referiu-se à intervenção do Senhor Deputado Ricardo Cartaxo dizendo que não sabe qual a sua intenção, e referiu que tem de salvar a sua honra pois faltou à sessão e o orçamento não passou pela sua falta, e dizer-lhe que é um discurso feito pelo Partido Comunista e não seu, e dizer-lhe que se nos seus comentários estava a sua pessoa em causa, não permite, pois que a desculpem, mas na sala não há ninguém mais séria que ela. Termina apenas dizendo que o seu maior interesse é a freguesia de Luz, ainda acima dos interesses do concelho como não poderia deixar. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Dr. Rui Passinhas** que começou por agradecer a maneira como o Senhor Presidente da Junta os recebeu. Seguidamente lembrou que já noutra assembleia falou do estado lastimável em que se encontram as bermas e valetas da estrada Granja-Amareleja como a Senhora Presidente também já reconheceu. Foi feita alguma limpeza mas foi às árvores para levarem a lenha, pois os arbustos que interferem com a visibilidade do trânsito ficaram exatamente na mesma. Na pintura já nem fala pois houve uma pouquinha de tinta para a da Luz mas para a Granja nada. O piso está totalmente degradado, enviando as viaturas para a valeta e não há uma única marcação visível. As obras na Granja são zero. Apenas alguma manutenção e alguns buracos tapados que coincidiu com a publicação de algumas fotografias 24 horas antes. A principal entrada que foi vergonhosamente feita pela EDIA, onde depois meteram mais uns postes que dificultam o trânsito e que agora tem uma figueira cada vez maior que já apanha parte da via, pelo que mesmo que seja particular devia ser cortada. Referiu depois que não pode concordar com que o Senhor Presidente da Junta ao dizer na Assembleia de Freguesia, que



a porta da Junta estava fechada, pois ele esteve lá e estava sempre aberta, e tinha muito menos custos a administração da Freguesia do que tem agora. Como deputado e acima de tudo como granjense não concorda que as viaturas sejam vendidas e entregues aos novos proprietários e andarem depois com o Braço da Freguesia nas portas, pelo que deixa aqui o seu total descontentamento. Mais frisou que sempre teve uma atitude ativa nesta aldeia, pelo que pode dizer o que quiser e onde quiser, e julga que a Junta de Freguesia deveria dar alguma explicação aos granjenses do que sucedeu. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Dr. José Ramalho** para fazer a seguinte intervenção:

"Na política, mesmo que na municipal, nem tudo vale.

Há a ética que deve moldar a nossa participação cívica e política.

Definitivamente, a política do PS de Mourão na Câmara Municipal tem de deixar de ser um cemitério e maltratar os seus soldados.

Falta-se à verdade, já o disse muitas vezes.

Inventam-se factos.

Tudo isto para o PS de Mourão que governa a Câmara é normal.

Quebras da verdade, factos inventados ou mal esclarecidos propositadamente, que visam alimentar o ressentimento dos desprezados criados e mantidos por uma gestão camarária incompetente e da espuma dos dias.

Volto a repetir.

A verdade é hoje, e sempre foi, uma questão de poder. Do poder de quem tem o poder de fazer valer um ponto de vista mesmo que propositadamente mentiroso.

Como a política não é para alguns um bom lugar para exercícios de inocência, e já que estamos a debater os caminhos da verdade, parece não constituir uma sugestão de falsidade afirmar que os vereadores a tempo inteiro na Câmara Municipal de Mourão, e a sua Presidente, sob a capa do PS local, nos transmitem de verdade uma simples coisa: a certeza que podemos ter é que alguém mente e mente sem hesitar e sem qualquer pudor.

Supostamente, quem a exerce funções políticas como eleito local (Presidente de Câmara, Vereador ou Deputado Municipal) assume responsabilidades que exigem qualidades morais e de cidadania, as quais deverão ser a sua bússola nos comportamentos e nas decisões que toma e assume.

Não podemos deixar de criticar comportamentos e atitudes de pseudovirgens lamurientas.

A contradição entre o bem público municipal e os interesses meramente pessoais levam à imoralidade, ao escândalo descarado, porque a muita boa gente falta-lhe a noção e o realismo de que foram eleitos para zelar pelos interesses de todos os habitantes do concelho (é a lei que o diz), e não apenas de alguns, muito poucos, e muito menos para cuidar dos seus próprios interesses pessoais ou profissionais.

Porém, a realidade mostra-nos precisamente o contrário. A estratégia de alguns políticos no concelho de Mourão é somente uma: estão apenas interessando no poder e no dinheiro que esse poder lhes proporciona, ou em ambos, esquecendo que ao assim agirem, estão a desmascarar-se, a mostrar o que verdadeiramente são e querem.

A isto eu chamo imoralidade, subversão de toda uma lógica e de uma razão que dizem defender (apenas) em época de eleições autárquicas.



Estes políticos esquecem que quando usam quaisquer meios para atingir os seus fins pessoais estão a combater aquilo que eles mesmos, e o partido que dizem representar e defender, apregoam aos sete ventos.

A gravidade disto tudo é que já não é a primeira vez.

O PS de Mourão que suporta a Câmara Municipal, e a Câmara Municipal de maioria socialista, têm um grave problema. Não lidam bem com a verdade, não gostam de contar a verdade, e tudo fazem para que a verdade não seja tornada pública, preferindo esconder essa verdade e optar pela mentira descarada.

Senhores Deputados Municipais, caríssimo público: a credibilidade de um município tem os seus alicerces na credibilidade das suas instituições.

Por isso, não poderei, enquanto eleito local deixar de lamentar a falta de verdade e precisão jurídica de factos apontados e descritos nos sucessivos comunicados do PS e da Presidente da Câmara.

Diz a Sr^a Presidente da Câmara que eu ganho, durante os quatro anos do mandato, dez mil euros, o que dará uma média de 2.500 euros por ano.

Mas será mesmo assim?

Senhora Presidente da Câmara: Se eu ganho uma média de 2.500 euros por ano, porque é que a Câmara Municipal, para efeitos de IRS, me emite uma declaração onde, assinado por si, está bem explícito, que, por exemplo, em 2014 recebi € 870, 10€ e em 2015 348,04 €.

Como chegamos aos 10.000,00 euros?

Como ficamos?

Quem fala verdade?

Será que a Senhora Presidente sabe o que são recebimentos compensatórios?

A Senhora Presidente e os outros deputados municipais não os recebem?

Quanto é que a Senhora Presidente ganha, por mês em ajudas de custo que somam às despesas de representação e ao seu ordenado enquanto presidente de câmara?

Porque não disponibiliza esses dados ao Povo do concelho através dos seus representantes eleitos a esta Assembleia?

Senhora Presidente.

Como sabe, em 04 de abril do corrente ano, por ofício, pedido reforçado em 24 de maio do mesmo ano de 2017, foram por mim, na qualidade de deputado municipal e de Presidente da Assembleia, solicitados à Câmara Municipal de Mourão diversos elementos contabilísticos, em simultâneo. É competência da Assembleia fiscalizar a ação da Câmara.

E o que é que eu pedi?

- Qual o vencimento/remuneração[mensal] base auferida por Vossa Excelência, reportada aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, e respetivos documentos contabilísticos de suporte, despesas de representação pagas a Vossa Excelência, por mês, reportadas aos anos de 2014 a 2016, e aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, e respetivos documentos contabilísticos de suporte, despesas de deslocação pagas, por mês, a Vossa Excelência, e reportadas aos anos de 2014 a 2016, e aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2017, e respetivos documentos contabilísticos de suporte. Até este momento esses elementos contabilísticos ainda não foram disponibilizados à Mesa da Assembleia Municipal.



- Qual o estado do processo do pedido de reembolso de pagamentos indevidos ao ex-avençado Dr. Alfredo Achando Ramos, conforme já várias vezes perguntei à Senhora Presidente? Não venha dizer que está suportado num parecer de um competente jurista, porque no parecer da advogada de Lisboa o último parágrafo em bem explícito, e parece que a Senhora Presidente o esquece. Surgiu uma alteração legislativa e a Senhora Presidente tem de fazer entrar nos cofres do Município os 90.000 euros que V. Ex.^a e o antigo Presidente de Câmara pagaram indevidamente. Isto não é mentira. Ou tudo fazem para que o Dr. Alfredo reponha o dinheiro ou então terão de ser ele a repô-lo.
- Também pediu recibos/faturas de uma publicação que contra a vontade da Assembleia e que não redigida pela Mesa, foi publicada nos jornais "O Mouranense" e "Diário do Sul". Estritamente política do partido socialista à custa do dinheiro do Município? Porquê?
- Relativamente ao carro do lixo também perguntei se nos orçamentos de 2015 e 2016, e 2014 estava lá ou não uma verba para comprar o carro do lixo? Ou se foi só apenas por o orçamento deste ano não ter sido aprovado em tempo que o carro do lixo não foi comprado? O problema do carro do lixo já dura há anos no concelho de Mourão. Agora a culpa do carro do lixo não ter sido comprado é da falta de aprovação do orçamento. Mas a Senhora Presidente esquece-se que num comunicado refere que tem numa conta de uma instituição bancária do concelho, dinheiro para comprar o carro do lixo. Em termos contabilísticos até tenho algumas dúvidas atendendo ao princípio de não consignação de receitas, se isso é possível, mas a Senhora Presidente disse-o. Seria muito importante em 12 de maio aprovarmos as grandes opções do plano, o orçamento a alteração ao orçamento de 2016, porque com o saldo tínhamos de comparar o carro do lixo. Mas afinal de contas o dinheiro ou não tem o dinheiro numa conta bancária para comprar o carro? Ando a bater-me desde 2014 pelos 90.000 pagos indevidamente, mas parece que a Câmara é rica.
- A barragem já encheu há quantos anos mas só este ano se lembraram da praia. Até agora os habitantes de Mourão não precisavam de praia.
- Nas sucessivas informações escritas da Senhora Presidente é dito que os técnicos estão a trabalhar no processo do ancoradouro. Com o tempo em que os técnicos estão a trabalhar não vai ser um ancoradouro, mas um terminal de paquetes.
- A Feira de Mourão não é um projeto de iniciativa do partido socialista pois estava no programa da coligação que foi tornado público primeiro e que dizia "Feira dos Queijos e do Azeite e dos Enchidos". Foram copiar "Os Sabores da Raia".
- Também tínhamos outra coisa que a Câmara não tinha que era a "Recuperação da Ermida/Capela do Cemitério da Granja", e agora lá está a fazer-se. Afinal de contas há pessoas que têm ideias e os outros limitam-se a segui-las. Já dizia o pequenino "eu com as calças do meu pai sou um homem".
- Não têm ideias, são só esquemas para vizinhos, amigos e compadres, e depois usam as pessoas.
- Quem não se lembra de que no programa do partido socialista dizia "vamos publicar um livro de poemas do nosso conterrâneo José Bação Coelho"? Até hoje o está à espera que a Câmara publique o livro. Isto é usar as pessoas.
- Nunca vi e tenho alguma experiência profissional, uma Câmara Municipal fechar as instalações todas e telefonar aos empregados coagindo-os a estarem presentes num comício do partido socialista feito no anfiteatro. O que aconteceu nesse comício? Chantagearam psicologicamente os trabalhadores da Câmara dizendo que os ordenados estavam em causa. Nunca estiveram em causa como hoje se prova.



Isto é terrorismo psicológico e político. Mexer com a coisa mais sagrada de um trabalhador! Nessa reunião fui enxovalhado. Não enquanto político mas enquanto pessoa.

- As estas perguntas todas a Senhora Presidente respondeu que não tem tempo para dar respostas. Os trabalhadores não têm tempo para dar estas informações. Se calhar têm outras coisas mais importantes para fazer?

Mas a Senhora Presidente não teve o menor pejo em brincar com os sentimentos dos trabalhadores e com a coisa mais sagrada para eles: o seu ordenado, o seu ganha pão.

Nesse comício, e apesar de não estar presente, fui ofendido.

Isso é o que menos me preocupa.

Bem sei que durante mais de 20 anos, a Câmara de Mourão gerida pelo Partido Socialista, que nos desgraçou enquanto concelho, nunca foi fiscalizada pela Assembleia Municipal.

Desde há quatro anos está a sê-lo. E isso incomoda-vos porque depois as vossas políticas viradas para os vossos umbigos são tornadas públicas, são desmascaradas.

Deixem-nos governar!! Deixem-nos governar!!! Gritam a plenos Pulmões.

Mas e então a Assembleia Municipal para que serve? Será que defendem um poder local monolítico como no tempo do fascismo?

Tenho pena que pessoas que se dizem de esquerda assim pensem e não compreendam que no município existem dois órgãos independentes um do outro: A Câmara e a Assembleia Municipal que tem por missão fiscalizar a Câmara.

Têm que se habituar a essa realidade. A democracia local a isso exige.

Estamos em anos de eleições para a Câmara.

Durante três anos nada se fez. Este ano tudo se faz. Pura ilusão.

É a política do PS de Mourão. Não será então preferível fechar a Câmara durante três anos e abri-la só no ano das eleições onde tudo se vai fazer?

Senhores deputados municipais, caríssimo público.

Saio de consciência tranquila e o trabalho que fiz está documentado nas Atas.

Trabalhei muito e de forma honesta.

Fui transparente, direto e muitas vezes incisivo mas sempre dentro das regras do jogo político e da liberdade de expressão e de opinião políticas.

Não fui eu, nem sou eu o responsável pelo atual estado do concelho de Mourão.

Não desviem as atenções. Assumam que desgraçaram o nosso concelho.

O PS de Mourão e os seus eleitos, são os verdadeiros coveiros do concelho.

E a Senhora Presidente da Câmara e o seu vice-presidente também já cá andam há muitos anos a fazer de conta que gerem a Câmara. São pois também coveiros do concelho de Mourão.

Um concelho desertificado, de gente envelhecida, sem empregos para os jovens, um concelho endividado e falido devido à gestão do PS de Mourão.

Os seus amigos do PS podem chamar-me todos os nomes que quiserem, mas jamais terão razões de facto para me chamarem de corrupto, vigarista e intelectualmente desonesto e do meu comportamento ter sido pautado pela incoerência.

Caríssimo público e Senhores Deputados Municipais.

Atrás do tempo, tempo virá e atrás de mim virá quem de mim bom fará.

Meus amigos da Granja. Tentem ser felizes."



- Dada a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta disse: -----
- Como qualquer outra pessoa tem dado donativos e participações às instituições dentro das suas possibilidades, bem como paga quotas, tal como fazia antes de ser presidente da Câmara e não percebe o alcance da pergunta. De que se lembre o último donativo que efetuou foi no ofertório para a Festa de Nossa senhora das Candeias. -----
 - Interpelada pelo **Senhor Presidente da Assembleia** para que respondesse simplesmente se sim ou não, do seu bolso, pagou ou deu dinheiro para as instituições do concelho, a mesma respondeu que não.-----
 - Prossequindo, a **Senhora Presidente da Câmara Municipal** disse que relativamente à recomendação feita à Câmara para atribuição da medalha de ouro ao Dr. Aníbal Matos Saraiva será a mesma certamente proposta, apreciada e votada por parte do Executivo. - Ficou satisfeita com as alterações que serão feitas na Zona de Proteção Especial Mourão-Moura-Barrancos e na Rede Natura 2000, das quais teve conhecimento pelo Sr. Deputado João Oliveira que lhe deu conhecimento do texto das alterações para as quais há acordo na Assembleia da República, as quais permitirão desbloquear alguns entraves a ações a desenvolver naquelas zonas, nomeadamente no que diz respeito a este projeto de alargamento do plano de rega, que não é um processo só de agora, pois há muito que o Município o tem vindo a preparar, como a própria representante da EDIA referiu naquela reunião. Não é por ser ano de eleições que se está a tratar este processo, tanto mais que não ficará concluído neste ano. Viana do Alentejo e Reguengos iniciaram o processo em 2009 e só agora vai ser concluído. -----
 - Para construção da praia fluvial de Mourão foram convidadas a apresentar propostas três empresas e o valor da adjudicação ronda os 130 mil euros.
Este projeto custará cerca de 400 mil euros e que depois terá mais os acessos e infraestruturas. Como se sabe há um protocolo celebrado com o Sr. Luís Ferro em que ele cede o terreno para se fazer a requalificação do ancoradouro e o Município fica com o encargo de levar as redes de água e eletricidade até àquele terreno. Outro compromisso que consta no protocolo é a construção de um restaurante por parte do proprietário, o qual a informou estar a analisar a melhor solução. Esta construção não será certamente já para este ano pois não se conseguem fazer as infraestruturas atempadamente e nem sequer a candidatura está ainda aprovada.
 - Já reuniu com a Senhora Secretária de Estado do Ordenamento do Território, uma vez na qualidade de Presidente da Câmara e outra na qualidade de Vice-Presidente da Associação Transfronteiriça de Municípios ATLA, sobre a urgência da revisão do POAAP pois este plano previa a construção de projetos megalómanos, que agora não se constroem, e não permite a construção de projetos mais pequenos que agora se vê serem mais úteis e viáveis. Esta



preocupação foi também manifesta num colóquio realizado na CCDRA, em que participou como oradora. -----

- Estava descansada e convencida de que o jardim da Luz estaria numa situação normal como os restantes espaços públicos do concelho, pelo que irá de imediato verificar o que na realidade se está a passar com a relva e o que levou a isso. -----

- A sinalização e marcação da estrada Mourão-Póvoa de S. Miguel, à semelhança da estrada Granja-Amareleja de que já se falou, está programada, sendo que esta última terá que ser só ao centro da via. -----

- Se já foi aprovado ao nível dos órgãos da Freguesia o acordo de execução da transferência de competências, irá ser marcada uma reunião para a sua assinatura e dado início à conseqüente execução. -----

- Na estrada Granja-Amareleja foram realmente efetuados cortes de árvores e arbustos e mais de 90% da lenha ficou na freguesia de Granja. -----

- Existe na realidade uma figueira numa das estradas que dão acesso à Granja, que condiciona o trânsito, situação que irá ter conta para resolver com a máxima urgência. ----

- Não gosta de falar nos valores que cada um recebe e nunca colocou em causa o que as pessoas recebem de ajudas de custo. Comunicados são comunicados e o do PSD dizia que os vereadores, a presidente, adjunto, o jurista e a técnica da área de comunicação ganhavam 20.000 euros, quando na realidade é cerca de metade. -----

- Sobre o caso do Dr. Alfredo há o parecer jurídico que diz que as datas em causa não dão direito a devolução. A Câmara tem todo o interesse em receber o dinheiro se a ele tiver direito, porque em contrário teria de ser ela e o anterior Presidente a repô-lo. -----

- Foi dito aqui na Assembleia o ano passado que quando abriu o concurso que possibilitava candidatar a remodelação do cineteatro de Mourão para auditório, a financiamento, não havia verba suficiente e como não se pretendia perder aquele financiamento, foi necessário reforçar a rubrica por contrapartida de outras de investimento, como foi o caso da rubrica por onde seria paga a aquisição do carro do lixo. Entretanto receberam-se umas verbas mais avultadas referentes a impostos, as quais ficaram cativas para este ano se começar a tratar do processo do carro do lixo, que é uma urgência, pois ainda agora está novamente avariado, e que só a grande ajuda da Câmara de Portel nos tem permitido atenuar o problema. A não aprovação do orçamento ainda veio complicar mais a situação atrasando o processo mais quatro ou cinco meses. -----

- A praia de Mourão não foi decidida por ser ano de eleições pois há ano e meio que estavam a ser feitas quinzenalmente análises à água, para poder ser considerada água balnear. O protocolo com o Sr. Luís Ferro é para um projeto conjunto de toda a zona do ancoradouro, com várias vertentes (requalificação do ancoradouro, construção de um restaurante, parque de merendas e zona de praia). Em novembro foi o culminar daquele



processo das análises em que foi comunicado aos técnicos de Mourão e Reguengos que a água era considerada balnear. Naquele mês assinou o compromisso de ter as infraestruturas prontas no dia 1 de julho deste ano. No dia 26 de maio foi publicada no diário da república a listagens das praias para o corrente ano, onde era mencionada a de Mourão, fruto daquele compromisso. Portanto não foi um processo iniciado por Reguengos ter uma praia mas sim um processo que demorou mais de dois anos a concretizar. -----

- Tudo o que se possa aproveitar dos programas é útil, por isso a recuperação da Ermida do Cemitério da Granja, como temos os pedreiros e com a orientação da Junta têm-se feito as obras. -----

- O nome da Feira foi sugerido pelo grupo de técnicos que estava a organizar a feira no primeiro ano, não foi pelos políticos. Também no programa da coligação estava que iriam fazer a renegociação da dívida e depois não aprovaram. O que se pode aproveitar de bom dos programas da oposição deve aproveitar-se. -----

- A reunião com os trabalhadores não foi a primeira. Passados 6 ou 7 meses depois de tomar posse houve uma reunião geral com os trabalhadores onde lhes foi comunicada a situação financeira, que se iria recorrer ao FAM que era um processo moroso e que quando estivesse concluído se iria reunir outra vez. Convocaram-se os trabalhadores tal como na outra vez. O Senhor Presidente disse que foi ofendido. Ela é que se sentiu ofendida quando chegou à reunião e lhe deram uma fotocópia do facebook do Senhor Presidente em que dizia que hoje em Mourão iam chover mentiras da boca de quem desgraçou o concelho. Sentiu-se ofendida pois ainda não tinha começado a falar e já diziam que iria dizer mentiras. -----

--- Durante estes três anos a Câmara baixou o endividamento em cerca um milhão e quatrocentos mil euros e sempre se disse que obras só se fariam se houver candidaturas pois a situação não proporcionava fazer muitas obras. É pena os avisos só terem si abertos em 2016, e por exemplo este da Valorização Turística do Interior só abriu em 2017. -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. José Francisco Rocha Ramalho**, referiu que a Senhora Presidente não respondeu ao que lhe foi perguntado, nomeadamente porque é que só começou as diligências relativamente à praia há um ano ou dois. Também não respondeu à pergunta sobre os seus vencimentos e ajudas de custo. Também não respondeu à pergunta que lhe foi feita pelo Senhor Deputado Dr. José Ramalho relativamente à questão se sabia a diferença entre despesas que assumem natureza remuneratória e despesas que assumem natureza meramente compensatória, e quais são levadas ao IRS e quais são apenas compensatórias. -----

--- Seguidamente **a Senhora Presidente da Câmara** informou que enviou uma carta dizendo que assim que os técnicos tenham disponibilidade para recolher toda essa informação a irá enviar, porque têm estado sobrecarregadíssimos com informações para



Inspeção de Finanças e para a Polícia Judiciária, pois deve haver muitas queixas. Mais informou, sobre a edição dos livros, que perguntaram às pessoas se não haveria problema de colocar o nome delas nos programas. As pessoas estão informadas que assim que o orçamento foi aprovado foram de imediato enviados os textos para a gráfica. -----

--- Finalmente o **Senhor Presidente da Mesa** esclareceu que o prazo que a Câmara tem para responder e enviar os elementos é de quinze dias conforme estipulado no Regimento aprovado nesta Assembleia, e como já passou mês e meio tomou outras opções. Também nos termos do Regimento esclarece o Senhor Deputado Municipal que o Presidente da Assembleia Municipal quando intervém como deputado municipal pode reassumir a presidência da mesa desde que não haja lugar a votação. O Senhor Deputado Rui Pereira deve conhecer o regimento, tem esse dever. -----

VI – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”

a) – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO (ALÍNEA c) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 75/2013)

--- O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra à **Senhora Presidente da Câmara Municipal**, para dizer o que se lhe oferecer, tendo esta remetido, no geral, a sua comunicação para a informação escrita, que dada a sua extensão fica arquivada em pasta anexa (documento número nove), ficando a fazer parte integrante desta ata. -----

---- Seguidamente o **Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado Municipal pretendia intervir, tendo pedido a palavra, que lhe foi concedida: -----

--- O **Senhor Deputado Municipal Dr. Henrique Oliveira** para proferir uma intervenção do seguinte teor: -----

"Na informação sobre a situação financeira da Câmara Municipal de Mourão, a Senhora Presidente realça o rigor, a contenção de despesa, as políticas estruturais implementadas e o controlo do endividamento.

Refere em seguida, que a DGAL estabeleceu a retenção mensal de um montante de pelo menos 29.251,00 € da verba do FEF a receber pela Câmara Municipal de Mourão. Pergunto eu, esta retenção aconteceu porquê?

Em que data a Câmara Municipal de Mourão deixou de pagar os empréstimos de médio/longo prazo aos Bancos?

Mensalmente, trimestralmente ou semestralmente qual o montante aproximado que a Câmara Municipal de Mourão tinha de pagar aos Bancos?

Quanto paga agora?

A decisão de não pagar as prestações bancárias a que a Câmara Municipal de Mourão se obrigou foi tomada formalmente em reunião ordinária ou extraordinária do Executivo ou foi opção da Senhora Presidente?



Para além do rigor, em concreto agradecia que nos elucidasse sobre as medidas que tomou para o controlo do endividamento e quais as políticas estruturais implementadas, para diminuir a dívida em cerca de um milhão de euros em relação ao período homólogo de 2016, nas suas palavras?

*Pela sua explicação sobre todos estes pedidos de esclarecimentos como explica a recomendação da DGAL que caracteriza a gestão da Câmara Municipal de Mourão a que V.Ex.^a preside, como **imprudente**, justificando que " as estratégias que pretende levar a cabo comportam elevados riscos para a "saúde" do Município e consequentemente de todos os munícipes."?*

E que a mesma DGAL alerte o executivo da Câmara Municipal de Mourão para: "a adoção de medidas estruturais e estruturantes que visem sobretudo diminuir despesas supérfluas e otimizar recursos existentes."

Senão responder as estas questões, concluo que:

Há quem não responda porque não sabe e quem não responda porque não quer. Quem não quer mostra a sua arrogância para esconder o medo que tem que se saiba a verdade, quando esta não lhe convém e põe a nu a construção mentirosa de um pseudo sucesso que não passa de uma engenharia financeira que a DGAL que superintende já vislumbrou."

--- A Senhora Deputada Municipal Dr. Florbela Fernandes para felicitar a Câmara pela boa gestão que tem feito, não só neste ano mas também nos anteriores, uma gestão difícil dentro das limitações legais, financeiras e políticas, nomeadamente desta Assembleia Municipal, tem conseguido levar o barco a bom porto, tanto que, e é bom passar a todos os mouranenses, conseguiu reduzir a dívida do Município sem deixar de responder às necessidades e àquilo que são as expetativas da esmagadora maioria dos mouranenses. Fica um pouco aborrecida por sistematicamente em todas as assembleias municipais serem colocadas em causa a honestidade das pessoas e dos eleitos locais, sejam do partido socialista ou outros quaisquer, de se falar de dinheiros e salários. O que as pessoas recebem sejam do executivo ou da oposição é o que está previsto na lei. Como é que se controla isso? É através do Tribunal de Contas, dos Relatórios de Contas, através das Inspeções das Finanças e da DGAL. Fica sinceramente desgostosa de ver aqui isso sistematicamente batalhado e referenciado. O que se vê na informação da Câmara e da DGAL é que a Câmara tem estado a fazer significativo esforço, não o pode perder de vista, necessitando de estar atenta e não correr riscos desnecessários porque esta Câmara, como tantas outras, está numa situação financeira difícil, que todos sabemos e não negamos. É o que a DGAL diz a esta e a todas as Câmaras que têm PAEL. Falar de pessoas honestas ou desonestas, quem tem a fatia do bolo, etc, etc, sinceramente não se revê nesse tipo de postura na política. Está na política com muito orgulho e os políticos devem receber o que a lei estipula. Felicita a Câmara pela maneira como decorreu a feira de maio, que tem vindo em crescendo e quando se houve a oposição falar da feira é um bom sinal, sinal de que correu bem. Quanto às atividades que são desenvolvidas serem ideias do PS ou da oposição, o que importa realmente é desenvolver o que é necessário, que as pessoas gostem e que tenham as respostas que necessitam o mais rapidamente possível, dentro da



lei e das regras do país. Relativamente às questões financeiras e dos pagamentos aos bancos, ao FAM, está muito bem recordada que quando se votou o FAM, em que uma das vantagens do FAM era pagar-se menos do que se paga aos bancos, não foi aprovado porque a maioria da Assembleia preferiu continuar a pagar aos bancos. Relativamente à decisão da Senhora Presidente de não pagar aos bancos acha muito bem pois em contrário teria responsabilidades e ela tem de decidir em consciência, como aqui a maioria votou em consciência contra o FAM. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Cartaxo** para referir que no ponto 4 da informação se diz "*por força do chumbo do FAM por parte da Assembleia Municipal, o qual impossibilitou a renegociação da dívida e o cumprimento das obrigações com a banca a DGAL já procedeu à retenção mensal das transferências para o município.....*". Ora já o senhor Valadas ex-presidente da Junta da Granja sempre mencionava nas assembleias este PSF que tinha cinco anos de carência mas depois tinha de se cumprir. O FAM foi chumbado mas depois esta Assembleia já aprovou uma proposta para substituição da dívida junto da entidade credora porque os juros que agora se praticam nada têm a ver com os que o Município está a pagar e isso possibilitar-nos-ia poupar muito dinheiro. O FAM levava-nos a mais um endividamento e ele questionou quer o presidente quer o vogal do FAM e eles comprovaram isso. Que fique bem claro que a assembleia não tem culpa nenhuma daquilo que o Executivo não tem sido capaz de fazer. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Pereira** para se referir à mesma situação daquele ponto 4 da informação e o que faria o FAM? Faria com que a dívida do Município ficasse num só empréstimo com uma taxa de juro muito reduzida que rondaria numa poupança anual de 500 mil euros, mas a CDU mais uma vez votou contra, logo tem de assumir isso. Seguidamente perguntou qual a previsão para conclusão da obra da casa mortuária? Mais perguntou em que ponto está a situação do processo da Lebre e Caça, quando pensa receber as terras se as não recebeu já. Finalmente louvou o esforço do Executivo que tem conseguido equilibrar a situação financeira mesmo com as dificuldades e constrangimentos dos últimos anos pois as transferências estão hoje no mesmo nível de 2007, quando todos os custos aumentaram. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Dr. José Ramalho** para se referir também ao ponto 4 título 2 Executivo, "*por força do chumbo.....*", dizendo que a Assembleia não tem qualquer culpa pois o incumprimento já vem de há cinco anos a esta parte. No ponto 10 é referido "*decorreu no cineteatro uma reunião sobre o perímetro de rega*". A questão da rega nas freguesias de Granja e Mourão não voltou à tona através da intervenção da Adigranja? Não é verdade que a Senhora Presidente foi pelo menos a uma reunião com o Dr. José António Domingues? Não é verdade que o Dr. António Fernandes disponibilizou à Câmara um sistema informático para levantamento dos prédios e dos respetivos proprietários que seria necessário para o desencadear deste processo? Não foi só a partir disto que mais uma vez a



Câmara aproveitou a ideia e fez sua a ideia dos outros? Número 15 do ponto 2 "*Foram reparadas as estradas da Ameada*". E a de Valencita quando é que é? Há dinheiro para tudo menos para esta estrada. Ponto 4 "*Empreitada de construção da praia fluvial*". Sendo por ajuste direto com consulta a três entidades, qual foi o critério de adjudicação? A da proposta de mais baixo preço ou a da proposta mais vantajosa para os interesses do Município? Quais os valores das propostas apresentadas e qual o valor da proposta adjudicada? Número 13 do ponto 3 "*Foram feitas escrituras de venda de imóveis*". Ora aqui está a origem do dinheiro para pagar a amortização do empréstimo e não da poupança da Câmara, pois a Câmara recebeu de mão beijada um bairro do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social que agora está a alienar e obviamente pode amortizar dívida. No número 19 do mesmo ponto consta "*Foi intentada mais uma ação*". Mais um processo que a Câmara Municipal tem em tribunal. Serviços de Ação Social – Pedia que a Senhora Presidente informasse se é verdade ou não que técnicas da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mourão se deslocaram a um colóquio no Funchal e se é verdade que as mesmas técnicas ficaram instaladas num hotel de cinco estrelas, pois um funcionário público apenas pode ficar instalado em hotel até três estrelas? Queria a confirmação ou o desmentido disto. Relativamente ao endividamento verifica que a Câmara continua a dever às Águas do Centro Alentejo mais de um milhão de euros, às Águas de Lisboa e Vale do Tejo mais de cento e quarenta mil euros, à Caixa Geral de Aposentações, à Segurança Social e a A. Fonseca Ribeiro mais de trinta mil euros. Esta é a gestão coerente e sólida que a Câmara Municipal de Mourão diz estar a fazer quando é precisamente o contrário. -----

--- Dada novamente a palavra **à Senhora Presidente da Câmara Municipal** esta disse: -

- A retenção de verbas só aconteceu por o FAM ter sido chumbado. Só depois deste chumbo chegou a comunicação da DGAL a dizer que o Banco iria acionar os mecanismos para a retenção, que inicialmente seria de 20%, mas a pedido do Município e com a anuência do Banco e da DGAL foi autorizada a retenção de apenas 10%, pois aí sim poderia estar em causa o pagamento atempado dos salários. Sempre foi dito que os salários seriam sempre a última coisa em que se falharia. -----

- Sempre se soube e os relatórios do PSF que têm sido aqui apresentados sempre o demonstraram que se conseguia cumprir o PAEL mas o mesmo não acontecia ao nível do PSF, e desde o início do mandato que se mantém contactos com o BPI para ver qual a melhor solução para não se falhar com os vencimentos dos trabalhadores, e a informação era de que iria sair legislação e saiu (do FAM) que permitiria resolver a situação. Logo em 2014, ainda antes de ser publicada a legislação, já tinha contactos com a Comissão Consultiva do FAM. Se o FAM tem sido aprovado teria sido evitada a retenção. Em todas as reuniões e diligências se fez acompanhar das técnicas da área financeira, que melhor que



ninguém saberão e tentarão acautelar o futuro dos trabalhadores onde elas também se incluem. -----

- O Dr. Jorge Pinto está a elaborar o processo para a substituição de dívida, um técnico bastante experiente, que elaborou o processo do FAM aprovado para o Município do Alandroal, e que salientou que foi o melhor que poderia ter acontecido àquele Município. ----

- Serão iniciados brevemente os trabalhos de construção da 2.ª fase da Casa Mortuária mas não tem dados concretos sobre a previsão da sua conclusão. -----

- A informação sobre o processo da Lebre e Caça é idêntica à prestada nas anteriores sessões, não se tendo verificado qualquer evolução digna de registo. -----

- Como já antes disse nunca se escondeu que há incumprimento do PSF e que mesmo por isso se recorreu ao FAM. Sempre se disse que se estava a cumprir o PAEL e não o FAM e que se estava a pagar só os juros e uma parte mínima do capital. -----

- O processo sobre a rega não se começou por iniciativa da Adigranja, que realmente também contribuiu, pois já tinha estado no Ministério da Agricultura, até acompanhada do Senhor Vereador Francisco Oliveira, antes dessa reunião com a Adigranja. O levantamento dos prédios e dos proprietários foi feito pelo técnico superior do Município, Arq.º Rui Reynaud. -----

- Com muito esforço conseguiu-se reparar algumas estradas. A estrada de Valencita requer uma intervenção de maior relevo que como já referiu só será possível realizar se abrir algum Aviso para apresentação de candidaturas a apoio comunitário. -----

- A auditoria da Inspeção-Geral de Finanças tem como verificação a execução do PAEL mas vai haver outra talvez mais pormenorizada às contas. -----

- Para realização da empreitada de construção da praia fluvial apenas foi apresentada uma proposta, mas para a construção da casa mortuária não foi a mais barata mas sim a mais vantajosa. Tem confiança plena nos técnicos que fazem parte da comissão de avaliação das propostas. -----

- As escrituras dos prédios do Bairro 1.º de Maio foram feitas agora por isso o dinheiro agora recebido nada influencia no facto de endividamento ter baixado, podendo vir a refletir-se apenas neste ano, e os valores referidos são em relação a dezembro de 2016. ---

- A ação no Tribunal de Beja tem a ver com a rescisão do contrato com o anterior ROC, mas temos a consciência que as coisas se conseguem resolver, pois houve mais que razões para se rescindir o contrato. -----

- As técnicas da CPCJ foram à Madeira ao Congresso Nacional no qual têm obrigatoriamente de participar alguns elementos de cada Comissão sob pena de se perder até o financiamento da mesma Comissão. Ficaram instaladas em hotel de cinco estrelas por o mesmo se encontrar junto ao local do Congresso, e outro que estava disponível situava-se a



50 ou 60 quilómetros e teriam de alugar carro, o que iria dar praticamente os mesmos custos. Não foi por ser hotel de luxo mas sim por uma questão de melhor funcionalidade. –

- As dívidas à Caixa Geral de Aposentações e à Segurança Social referidas têm a ver com planos de pagamento devidamente aprovados e que estão a ser integralmente cumpridos. As operações de tesouraria estão a ser totalmente entregues. Enquanto os planos não forem totalmente pagos a dívida aparece sempre. -----

- Foi pena o FAM não ter sido aprovado pois estamos a pagar às Águas do Centro Alentejo juros a 7% quando se poderia estar a pagar 1,75%. -----

--- **Tomado conhecimento.** -----

--- **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,** considerando que ainda falta a discussão de um ponto da ordem do dia e a normal elaboração da minuta da ata para aprovação, propôs ao plenário o prolongamento para além da meia-noite, pelo tempo estritamente necessário para aquele efeito, tendo tal proposta merecido aprovação, por maioria, com quinze votos a favor e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal António José Ferreira.

b) – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL DE TRÊS IMPRESSORAS

--- Sobre o assunto em epígrafe **o Senhor Presidente da Mesa** dispensou a leitura da proposta da Câmara Municipal, em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído a todos os membros, do seguinte teor: -----

A fim de dar cumprimento ao disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista a deliberação tomada por este Executivo, na sua reunião ordinária, de 5 de junho de 2017, cujo teor seguidamente se transcreve, apresenta-se à Assembleia Municipal, a proposta de autorização mencionada em epígrafe:

"6. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL DE TRÊS IMPRESSORAS

Relativamente a este assunto a Sr.ª Presidente colocou à discussão a análise de uma proposta do seguinte teor:

"Considerando que:

- 1. Para o regular e bom funcionamento dos serviços é imprescindível dispor dos seguintes equipamentos:*

- 1 Equipamento multifuncional A3 - cores para os serviços administrativos do Edifício Paços do Concelho;



- 1 Equipamento multifuncional A3 - cores para a Divisão de Ambiente, Obras e Urbanismo (gabinete técnico);
- 1 Impressora Monocromática para o Balcão único.

2. Pretende-se realizar o procedimento de ajuste direto, no regime geral (através de convite a três entidades, para a apresentação de proposta), para adjudicar o aluguer operacional dos três equipamentos, e face ao prazo de execução do contrato 2017-2020, carece de autorização de assunção de compromisso plurianual.

Por todo o exposto, **proponho**, ao abrigo e nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que o órgão Executivo apresente à Assembleia Municipal de Mourão a presente proposta para que delibere o seguinte:

Autorização prévia da assunção do compromisso plurianual para **aquisição de serviços de locação operacional dos três equipamentos** supracitados, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conforme os valores que abaixo se indicam, com IVA incluído à taxa legal em vigor de 23%.

ANO	TOTAL DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
2017/2018	€10.950,00
2018/2019	€10.950,00
2019/2020	€10.950,00
TOTAL	€32.850,00

Paços do Município de Mourão, 01 de junho de 2017.

A Presidente da Câmara Municipal,
Dra. Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara"

Apreciada a proposta acabada de transcrever e não havendo objeções ou pedidos de esclarecimento, a Sr.ª Presidente colocou a mesma à votação tendo merecido total aprovação do Executivo.

Deliberação tomada por unanimidade."

Perante a explicação acabada de fazer espera-se que tenha o Órgão Deliberativo ficado devidamente esclarecido da razão desta proposta e portanto espera-se que a mesma mereça apreciação e votação da Assembleia Municipal.

Paços do Município de Mourão, 9 de junho de 2017.

A Presidente da Câmara Municipal,
Dr.ª MARIA CLARA PIMENTA PINTO MARTINS SAFARA"

--- Seguidamente **o Senhor Presidente da Mesa** abriu o período de inscrição para uso da palavra não se tendo registado qualquer pedido de intervenção. -----

--- Não havendo intervenções, objeções ou pedidos de esclarecimento **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** colocou a referida proposta à votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade, e em minuta.** -----



--- Finalmente **o Senhor Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado pretendia fazer declaração de voto, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção.

--- Esgotados os pontos da "**Ordem do Dia**", nos termos das disposições conjugadas dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.ºs 2 e 4 do artigo 34.º do novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e n.º 3 do artigo 87.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, **o Senhor Presidente da Mesa, Dr. José Francisco Rocha Ramalho**, propôs ao Plenário que este deliberasse no sentido da ata da sessão da Assembleia Municipal fosse aprovada em minuta, para surtir efeitos executórios imediatos. -----

--- Sujeita à votação foi a referida proposta aprovada, **por unanimidade**. -----

--- Ato contínuo, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia**, nos termos da alínea a) do artigo 38.º do Regimento em vigor da Assembleia Municipal de Mourão, **suspendeu os trabalhos por um período máximo de 30 (trinta) minutos** para que a ata fosse elaborada e sujeita a DELIBERAÇÃO do Plenário. -----

--- Recomeçando os trabalhos **o Senhor Presidente da Mesa** determinou que fosse lida a minuta da ata, colocando-a de seguida à votação, a qual mereceu total aprovação, **por unanimidade**. -----

--- Finalmente, **o Senhor Presidente da Mesa** informou que não houve recursos para o Plenário, requerimentos dirigidos à Mesa ou votos de vencido invocados enquanto tais. -----

--- Esgotados os pontos da ordem de trabalhos, aprovada a "Ata em Minuta", e, por nada mais haver a tratar, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** declarou encerrada esta sessão, eram 00,30 horas do dia 17 de junho de 2017, tendo, igualmente, desejado a todos "Boa Noite", e agradecido a sua presença e participação.-----

--- Para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por maioria, na sessão de 8 de setembro de 2017, e vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Vítor Manuel Leal Vidigal, secretário, que a redigi e subscrevo. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia,

O Coordenador técnico,